

Editar Vieira – como e porquê (Reflexões prévias à edição em curso da *Representação*)

Ana Paula Banza
Universidade de Évora

A presente comunicação parte de problemas concretos levantados pela edição da *Representação dos motivos que tive para me parecerem prováveis as Proposições de que tratava*, texto de 1666 em que o Padre António Vieira procura defender-se perante a Inquisição das acusações de que era alvo; a partir desses problemas e da reflexão por eles suscitada, pretende-se dar o mote para uma reflexão sobre a problemática da edição, nomeadamente sobre questões como:

- Será possível a um investigador utilizar edições já existentes?
- Será possível a um editor utilizar critérios previamente estabelecidos por outros?
- Será legítima a opção por estratégias modernizadoras? Até que ponto?

Todas estas questões (naturalmente para além de muitas outras) se colocaram em relação à *Representação*; e continuam a colocar-se, regra geral, a todos os Investigadores, continuando, por isso, a ser pertinente reflectir sobre elas.

Tomemos em conjunto as duas primeiras questões. Quem não tentou já usar em trabalhos de investigação, nomeadamente para efeitos de estudo linguístico, edições existentes, ou, pretendendo editar um inédito, critérios de edição previamente estabelecidos? Provavelmente, muitos o terão tentado, mas poucos o terão conseguido. Esta parece ser uma espécie de “maldição” característica de quem trabalha com textos; uma maldição que quase sempre obriga a recomeçar aparentemente do zero em cada trabalho. Porém, se o efeito é nefasto, porque consome tempo e energias que poderiam ser canalizadas para novos trabalhos, as causas são nobres, uma vez que é a faceta filológica do Investigador, e não uma qualquer forma de mesquinha desconfiança, que, em nome do rigor científico e do espírito crítico, o conduz invariavelmente ao manuscrito. De qualquer forma, ou porque a leitura feita por outros editores se revela deficiente ou porque os “critérios” usados não satisfazem, por um ou outro motivo, o resultado é, regra geral, a decisão de empreender uma nova edição que, em primeira instância, se destina a servir de base ao trabalho em causa.

Tal foi o caso da *Representação*. A obra em causa conheceu apenas, até ao presente, uma edição, em 1957, realizada por Hernâni Cidade. Esta edição que, atendendo à proeminência do Autor, tenderíamos, à partida, a reputar de boa, revelou, no entanto, quando submetida a uma leitura crítica, em confronto com os manuscritos, vários aspectos que, ainda que esta não estivesse desde há muito esgotada, obrigariam sempre a uma nova edição:

Antes de mais, trata-se de um texto do qual se conhecem dois manuscritos, o da Torre do Tombo, editado por Cidade, e o da Biblioteca Nacional, rascunho do primeiro, que Cidade, ao que tudo indica, desconheceria.

Por outro lado, os critérios de transcrição utilizados são genericamente omissos e de aplicação inconsistente.

Finalmente, a leitura do extensíssimo documento apresenta erros vários, com diferentes causas e grau de gravidade.

Eis, pois, um bom exemplo de que a aparente “desconfiança filológica” que leva o Investigador ao manuscrito independentemente da existência prévia de edições e da nomeada dos seus Autores é, de facto, uma salutar e necessária manifestação de rigor científico e espírito crítico, não podendo em circunstância alguma ser dispensada. A questão não está, assim, em usar ou não edições já existentes, mas sim na obrigatoriedade de confrontação com o manuscrito, sem a qual não é possível avaliar, nem a probidade da leitura, nem a consistência e adequação dos critérios de transcrição aos objectivos em causa.

Tomada a decisão de editar, coloca-se, ou volta a colocar-se, a questão dos critérios; e, neste caso, a questão não é necessariamente a da legitimidade de outros critérios, mas o facto de cada texto ter características específicas que exigem uma reflexão específica e, muitas vezes, critérios específicos; e a prova desta necessidade de reflexão e de estabelecimento de critérios *ad hoc* encontra-se no facto de, na maior parte dos casos, depois de consultados um sem número de conjuntos de “normas” e de “critérios de transcrição” formulados para outras edições, se concluir quase sempre pela necessidade de elaboração de critérios específicos: ou porque a solução para determinadas questões não se encontra contemplada nas “normas” ou “critérios” consultados, ou, o que é talvez mais frequente, porque as soluções encontradas pelos Autores não satisfazem; em absoluto ou quando aplicadas especificamente ao caso em análise.

Esta questão toca de muito perto a da possibilidade, ou não, da uniformização de critérios, que, por mais desejável e tentadora que possa ser, continua, e parece que continuará a confrontar-se com as dificuldades inerentes à especificidade de cada texto e à especificidade dos objectivos em causa, mesmo em conjuntos de textos não literários, de períodos muito específicos e fortemente codificados, mas particularmente nos textos literários, onde as idiosincrasias de cada Autor e de cada texto tornam praticamente impossível a transposição de critérios de texto para texto e de Autor para Autor, mesmo dentro do mesmo período cronológico.

No caso concreto da *Representação*, Cidade, à semelhança de outros editores do seu tempo, limita-se a algumas observações vagas que, no entanto, permitem deduzir uma estratégia predominantemente conservadora (“predominantemente” porque constituem

excepção a esta estratégia a resolução de abreviaturas e a modernização da pontuação e do uso de maiúsculas, ficando ainda por explicar o significado de um “critério” como “aproximar a ortografia do texto da dos Sermões”¹).

Assim, no caso em apreço, não restava, pois, outra solução que não a do estabelecimento de critérios específicos, que, no entanto, poderiam limitar-se a uma clarificação e especificação dos critérios conservadores de Cidade ou, pelo contrário, optar por uma estratégia diferente. Ora, tal opção, que se prende com o binómio conservadorismo/modernização, depende, necessariamente, de uma reflexão que deve tomar em conta todos os aspectos relevantes relacionados com as características do texto em causa, bem como com o respectivo campo bibliográfico.

No sentido de estabelecer uma “estratégia” de transcrição², foram, assim, considerados vários factores: antes de mais, o facto de se tratar de um texto do Padre António Vieira, Autor de indiscutível relevância cultural e literária, pelo que se justifica plenamente a perspectiva de divulgação junto de um público não especializado, apesar de ser este um texto de interesse mais histórico e cultural do que literário. Por outro lado, a existência da edição de Cidade, que pode, apesar de tudo, ser considerada como “suficientemente conservadora”³, ainda que não isenta de falhas. Finalmente, pesou de forma definitiva o facto de se tratar de um texto da segunda metade do século XVII e que “em textos do português clássico a relativa estabilização linguística e os métodos para conhecer com alguma segurança a relação entre fonema e grafo habilitam o editor a realçar, na transcrição, o que já há de moderno no texto, em vez de insistir nos seus aspectos arcaicos.”⁴. Da conjugação destes factores surgiu, assim, como opção coerente a de uma estratégia de modernização, confirmada pela análise do campo bibliográfico do texto, do qual consta apenas a edição acima referida (não crítica e que não leva em linha de conta o manuscrito BN), de carácter conservador e actualmente esgotada, portanto apenas acessível, em bibliotecas, a um público restrito.

Estabelecida a “estratégia”, importava, em função dela, estabelecer as “táticas” de transcrição, justificando-se para tal, numa perspectiva de interrogação crítica do texto, uma análise da *scripta* de Vieira, sob pena de se poder incorrer numa modernização excessiva cujo principal perigo seria o de falsear a relação grafo / fonema na língua do Autor. Assim, partindo do facto de que a formação ortográfica de Vieira se insere no chamado “período etimológico”⁵, e sem esquecer a tendência dos escritores, visível até ao início do séc. XX, para “forjar ortografias individuais”⁶, colocou-se uma primeira questão:

Justificar-se-ia, por razões linguísticas, estilísticas ou outras, a manutenção de grafias etimológicas (em casos de étimo latino e em casos de étimo grego)? A resposta só poderia encontrar-se no comportamento de Vieira em relação a estas grafias, que foram, por esse

¹ Vieira, 1665 - 1666, p. não numerada que precede a edição de Cidade, 1957.

² No sentido que lhe conferem Castro e Ramos, 1986.

³ Castro e Ramos, ob. cit., p. 101.

⁴ Castro e Ramos, ob. cit. p. 108.

⁵ Cf. Williams, 1991, p. 40.

⁶ Tavani, 1987, p. 201.

motivo, abordadas caso a caso, avaliando-se o seu grau de desvio em relação às normas estipuladas por gramáticos e ortógrafos e ao uso da época, com vista a averiguar um eventual valor específico destas grafias que justificasse a sua manutenção numa edição de carácter regularizador e modernizante.

Os aspectos analisados foram:

- Consoantes duplas e grupos consonânticos
- Vogais duplas
- [e-] protético
- Uso de <h>
- Uso de <y>
- Vogais nasais
- Vogais átonas e semivogais
- Acentuação
- Marcas de fronteira silábica e intervocabular.
- Pontuação

Da análise efectuada resultaram algumas conclusões importantes que viriam a permitir o estabelecimento fundamentado de critérios de transcrição relativos aos aspectos, focados.

A primeira, e mais geral, foi a de que Vieira se integra claramente no “espírito” ortográfico da época, sem prejuízo de, tal como a generalidade dos escritores e indivíduos cultos do seu tempo, acabar por constituir uma ortografia individual, que adapta as regras prescritas pelos gramáticos ao seu estilo individual, não se coibindo de adoptar comportamentos gráficos por eles considerados como errados ou, pelo menos, desleigantes. Sirvam de exemplo casos como o da junção de formas que na oralidade sofrem queda de vogal em posição de encontro intervocabular, em detrimento do uso de apóstrofo como marca de elisão; o uso de grafias arcaicas como <nn> em vez de <nh>; a troca de grafias nas consoantes fricativas⁷ (assunto só tratado por Gândavo e Leão), decorrente da neutralização da oposição fonológica entre as apicoalveolares e as predorsodentais; o uso de <c> por <qu> em formas como *cincoenta* e *coalidade* e o uso de *H* inicial em alternância com *J* em formas como *Hieronimo* / *Jerónimo*, entre outros, igualmente condenados pelos gramáticos e ortografistas da época e dos quais o mais significativo é, talvez, a irregularidade, condenada, se bem que nem sempre evitada, pelos gramáticos, que deixa entrever grafias já modernas a par das tipicamente seiscentistas.

Por outro lado, a referida análise permitiu também conclusões particulares em relação aos aspectos abordados, com base nas quais foram, então, estabelecidos os “aspectos particulares” dos “critérios de transcrição”.

⁷ “Que tenhamos grande tento nos vocábulos em que entra c, s, e z. Porque a mais da gente, e não só a vulgar, se engana na escritura, confundindo estas letras, e pondo ãs por outras, sem distinção, sendo elas diferentes e distantes na pronunçiação e natureza, assim como o são na figura.” Leão, 1576, p. 142.

Começando pelas grafias cultas (consoantes e vogais duplas, grupos consonânticos latinos, *e-* protético e *h e y* etimológicos) verifica-se que, nos três primeiros casos, para além de não terem valor fonético e, na maior parte dos casos, não se coadunarem com o uso actual, estas grafias, sendo embora quase sempre etimológicas e claramente maioritárias, alternam, em muitos casos, com a forma reduzida correspondente ao uso actual, apresentando assim uma irregularidade que justifica, ou pode justificar, a sua regularização sistemática⁸, de acordo com o princípio anteriormente expresso de que, em textos deste período, a “relativa estabilização linguística habilita a realçar os aspectos modernos do texto”.

Nos casos de *e-* protético, para além de este ser o resultado de um fenómeno muito antigo, verifica-se que as formas latinizantes, defendidas pelos gramáticos e ortógrafos e usadas maioritariamente por Vieira, alternam também com a forma vulgar, com *e-*, correspondente à pronúncia, muitas vezes na mesma palavra. Tais factos, juntamente com o de que a ortografia latinizante poderia facilmente induzir o leitor em erro quanto à pronúncia destas formas, conduziram à opção pela regularização de acordo com o uso actual.

No que respeita aos grafemas *h e y*, nos casos em que o seu uso é etimológico, a situação é semelhante à dos casos acima referidos: trata-se de grafemas de uma maneira geral sem valor fonético, em muitos casos com emprego divergente do actual e apresentando alternância com formas que coincidem com o uso actual, pelo que, também aqui, seguindo o mesmo princípio, se optou pela regularização pela forma presente no texto correspondente à actualmente adoptada⁹.

A notação das vogais nasais apresenta uma acentuada flutuação que pode produzir dificuldades de leitura, o que aliás já acontecia na época¹⁰, e não tem qualquer valor fonético, pelo que a opção foi necessariamente, neste caso, a de regularizar estas formas de acordo com o uso actual¹¹.

⁸ Exceptuam-se casos esporádicos como o de *baptizar / bautizar* em que, tratando-se de uma forma que, depois do séc. XVI, sofreu regressão ao nível da norma, mas se manteve a nível popular e dialectal até aos nossos dias, a regularização pelo uso actual induziria em erro quanto à pronúncia da época, pelo que, neste caso, se mantém a oscilação, uma vez que é possível que ela reflecta uma oscilação ao nível da pronúncia.

⁹ No entanto, existem dois casos em que estes grafemas assumem valor fonético, justificando por isso especiais precauções em relação às decisões a tomar a seu respeito. No primeiro caso, o de *h* utilizado como marca de hiato em casos em que este ainda actualmente se mantém, tendo embora em conta que se trata de um hábito gráfico que subsistiu até ao princípio do nosso século e que, embora possa causar alguma estranheza, não levanta, à partida, problemas de leitura, o facto de o seu uso não ser sistemático e de, em alguns casos, se registar flutuação na mesma forma legítima, de acordo com o critério seguido, a sua regularização, sendo a função anti-hiática assumida pelo acento, de acordo com o uso actual. No que diz respeito ao segundo caso, o de *y* com valor de semivogal, embora de uso maioritário, registam-se formas com alternância entre este grafema e os grafemas *j e i*, pelo que, se se considerar que <y> caiu em desuso e que <j> tem actualmente um valor fonético e fonológico específico, o que poderia causar problemas de leitura, e ainda que estes dois grafemas alternam com o grafema *i*, actualmente usado com este valor, pode justificar a regularização de todos os casos deste tipo de acordo com o uso actual.

¹⁰ Cf. Oliveira, 1536, p. 66.

¹¹ O artigo indefinido representa um caso especial na medida em que este princípio é aplicável às formas do masculino, mas não às do feminino, onde, atendendo à cronologia dos fenómenos de desenvolvimento de consoante nasal e subsequente desnasalização da vogal, a forma *uma* seria anacrónica implicando a articulação de uma consoante então não existente, pelo que se mantém a forma *ũa*, que, aliás, se conserva ainda hoje, a nível dialectal, em registos de oralidade.

No caso das terminações nasais, a necessidade prioritária de prevenir ambiguidades ao nível da pronúncia e do significado levou, também aqui, à opção pela regularização, de acordo com o uso actual, uma vez que a flutuação registada não tem também significado fonético¹², o mesmo acontecendo com a terminação arcaica de plural em *-oens*, em que o <n> funciona apenas como marca de nasalidade do ditongo e constituiria para o leitor actual um factor de perturbação da boa leitura.

A questão das vogais átonas, nomeadamente a das átonas pretónicas, reveste-se, como é sabido, de particular dificuldade, e não caberia no âmbito do presente trabalho, embora pudesse porventura revelar-se proveitoso, qualquer levantamento de dados ou consideração mais ou menos aprofundada sobre o problema. No entanto, a averiguação do comportamento de Vieira em relação a este aspecto revelou, também neste caso, a alternância com as formas de uso actual. Tal alternância é, porém, esporádica¹³ e ocorre apenas em casos considerados particulares, explicáveis por fenómenos antigos como a harmonização vocálica, em casos como os apontados por Oliveira (ex: *sumir, bulir*), a inflexão de vogal pretónica condicionada pela semivogal da sílaba tónica¹⁴ (ex: *sugeitos*), a disimilação (ex: *deziamos*) ou outros fenómenos, nem sempre consensuais (ex: *mulher*, forma explicada por alguns Autores por um presumível efeito assimilatório do iode do grupo latino -Lj-)¹⁵. Assim, considerando a datação do fenómeno de elevação generalizada das vogais átonas pretónicas (paradigmático) — que é necessário diferenciar dos casos de elevação condicionada, bastante mais antigos — para a qual se pode citar Teyssier¹⁶, que o situa na primeira metade do século XVIII com a ressalva de que poderá ter começado no século anterior, seríamos tentados a manter as grafias *e* e *o*, regularizando apenas os casos de elevação condicionada, que, para além de reconhecidamente muito antigos¹⁷, alternam, na *Representação*, se não em todos pelo menos em alguns casos. No entanto, e reconhecendo embora que as formas referidas a título de exemplo não são, por si só, e pelas razões apontadas, indicadoras de uma generalização do fenómeno já na época de Vieira, considerou-se que, atendendo a que a produção do texto da *Representação* se situa na segunda metade do séc. XVII — época em que mesmo os Autores que mais avançam a data do fenómeno admitem já a sua existência — e aos objectivos da presente edição, de carácter predominantemente regularizador e modernizante, os custos da utilização de critérios diferentes em casos que, para o leitor actual não especializado, são em tudo idênticos seriam excessivamente elevados e talvez não justificados quando comparados com as vantagens

¹² Quanto à cronologia deste fenómeno, veja-se Williams, ob. cit., p. 181: “Que êsses finais [-am, -om e -ão] se tinham todos tornado idênticos pela segunda metade do século XV se prova pelo fato de que rimam entre si no *Cancioneiro Geral*...”.

¹³ Note-se que, como atrás se referiu, neste, como nos restantes casos abordados, não se recorre a um levantamento exaustivo pelo que as formas apontadas são-no apenas a título exemplificativo e têm como único objectivo a fundamentação dos critérios de transcrição adoptados.

¹⁴ Esta hipótese é apresentada por Martins, 1985, p. 42, para um caso semelhante, *e > i* no caso, registado no *Testamento...: direito*.

¹⁵ Cf. Martins, ob. cit., p. 43.

¹⁶ Teyssier, 1987, p. 61.

¹⁷ Martins, ob. cit., pp. 41 - 44, encontra-as no *Testamento...*

filológicas que daí adviriam. Mantiveram-se, no entanto, formas como *deziemos*, que, ainda actualmente, alternam, em registos orais e a nível dialectal, com a forma da norma.

A questão da representação gráfica das semivogais revelou-se de bastante mais fácil resolução, na medida em que, ao contrário da evolução do vocalismo átono medial, o fenómeno de resolução dos hiatos do português antigo é consensualmente dado por terminado à entrada do século XVI¹⁸, não sendo esta cronologia desmentida pelos exemplos encontrados na *Representação*, onde a alternância registada, a par da cronologia do fenómeno, Autoriza a regularização de acordo com o uso actual. Ressalvam-se apenas os casos de ditongação de [e], esporádicos no séc. XVI e só predominantes na língua escrita do século XIX¹⁹, em relação aos quais a regularidade observada na manutenção do hiato (ex: *alhea, lea, semea*) impede a regularização pelo uso actual, que, à semelhança do que acontece com as formas do feminino do artigo indefinido, seria anacrónica. De notar, no entanto, alguns casos esporádicos, em verso, nomeadamente *cheio* (que rima com *meio*) e *arreio e nomeio* (que rimam entre si) que, naturalmente, se mantêm.

Finalmente, no tocante a aspectos como a acentuação, o uso de maiúsculas e marcas de fronteira intervocabular e, sobretudo, a pontuação, as questões que se colocam são naturalmente de natureza diferente. Trata-se, neste caso, particularmente no caso da pontuação, de aspectos que assumiam na época valores muito diferentes dos actuais, relacionados, em grande parte, com o ritmo da produção oral, pelo que, atendendo à irregularidade e imprevisibilidade que apresentam, a solução mais consensual, sobretudo no caso da pontuação, seria o de mantê-la. No entanto, a forte irregularidade e as dificuldades que a manutenção de qualquer destes aspectos traria ao leitor actual, e em particular ao leitor não especializado, conduziram, numa perspectiva de coerência com a estratégia modernizadora adoptada, à opção por uma intervenção moderada, isto é, restrita aos aspectos considerados essenciais a uma boa leitura por parte do leitor actual. Esta intervenção traduziu-se:

- a) na acentuação, de acordo com o uso actual, das palavras oxítonas e proparoxítonas, mas não das paroxítonas, acentuando-se estas últimas apenas quando tal é necessário para desfazer homografias;
- b) na regularização do uso de maiúsculas;
- c) na separação das palavras unidas graficamente e na restituição das vogais elididas;
- d) e, finalmente, na adaptação da pontuação à actual, procurando, no entanto, sempre que possível, manter os lugares de pontuação do Autor

Confirmou-se, assim, de uma maneira geral, a pertinência e adequação da opção “estratégica” por uma edição de carácter regularizador e modernizante ao nível dos aspectos “tácticos”, uma vez que, para além de adequada aos objectivos que se propõe e ao público a que se destina, tal opção se coaduna também, no geral, com as características do texto e do Autor em questão, sem prejuízo de uma opção de compromisso em relação aos aspectos considerados de relevância linguística e / ou estilística.

¹⁸ Para a cronologia deste fenómeno cf. Teyssier, ob. cit. pp. 40 - 47.

¹⁹ Cf. Teyssier, ibidem.

As opções editoriais e respectiva fundamentação aqui resumidas, relativas ao caso concreto da edição da *Representação*, fazem eco, neste particular, do princípio expresso por Castro de que o único aspecto realmente fundamental em qualquer edição, crítica ou não, é o “rigor textual” e que este “não depende obrigatoriamente da conservação da «superfície» gráfica do exemplar, mas antes depende da coerência entre eventuais operações de «toilette» textual e um critério previamente exposto, que as justifique”²⁰, devendo, naturalmente, tal critério ser definido em função do texto, pelo que este não pode nunca deixar de ser individualmente interrogado.

De facto, a questão da modernização não é, por si só, pertinente; o que é, de facto, pertinente é a ponderação sobre quais os aspectos modernizáveis num determinado texto. A modernização, em si, é sempre legítima, mas desde que assente numa interrogação prévia do texto, pelo que o perigo real de uma estratégia modernizadora é sempre o de modernizar prematuramente, nivelando de forma acrítica aspectos que possuem natureza diferente e/ou que se manifestam de forma diferente, razão pela qual, mesmo no âmbito de uma estratégia globalmente modernizadora, deverão também ser tratados de forma diferente.

Assim, aquilo que é realmente importante nas questões abordadas é a reflexão que elas desencadeiam, ou devem desencadear, no espírito do Investigador / Editor. Quem trabalha com textos e/ou edita textos, não pode nunca partir, de forma acrítica, do trabalho já feito: Ainda que uma edição existente seja reputada de boa, será sempre necessário analisá-la e confrontá-la com o manuscrito antes de se basear nela um qualquer trabalho de investigação, sob pena de se poder basear conclusões em dados errados; Ainda que um conjunto de normas pareça, à partida, transponível para um determinado texto a editar, não é possível contornar a necessidade de uma análise conjunta do texto específico a editar e dos objectivos da edição em causa; e, finalmente, seja qual for a estratégia adoptada, ela terá sempre de resultar de uma interrogação do texto, isto é, dever-se-á sempre partir do texto para os critérios e nunca dos critérios para o texto.

Não se pense, porém, que, resultam, então, inúteis os esforços de quem, antes de cada nova edição ou de cada novo conjunto de “critérios de transcrição”, trabalhou no mesmo sentido. Bem pelo contrário. É a partir dessas experiências e com base nelas – e tanto mais quanto mais alargadas elas forem – que se podem produzir critérios mais cuidados e melhores edições, porque, de facto, nunca se recomeça do zero, antes se prosseguem sempre percursos já encetados, com maior ou menor sucesso, por outros. Retomando o caso da *Representação*, a edição em curso, que melhora vários aspectos da edição de Cidade, é dela largamente devedora, como todas as edições são, de alguma forma, devedoras de outras anteriores e de anteriores reflexões sobre a edição e respectivos critérios. Porque, em ciência, como diria o Padre António Vieira numa metáfora, não sua, mas aparentemente muito do seu agrado, porque a usa repetidas vezes em várias obras, não passamos de pigmeus que, sobre os ombros de gigantes, conseguem, por vezes, alcançar o que estes não lograram, mas jamais o conseguiriam sozinhos.

²⁰ Castro, 1980 - 81, p. 336.

Referências

- Banza, Ana Paula (2000) *A “Representação” de Vieira: nos bastidores da obra profética*. 2 tomos. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Évora.
- Castro, Ivo José de (1980-1981) *A Tragédia da Rua das Flores* ou a arte de editar os manuscritos autógrafos. *Boletim de Filologia*. Tomo XXVI, pp. 309-359.
- Castro, Ivo José de & Maria Ana Ramos (1986) Estratégia e Tática da Transcrição. In *Critique Textuelle Portugaise - Actes du Colloque*. Paris: Centre Culturel Portugais / Fondation Calouste Gulbenkian, pp. 99-122.
- Leão, Duarte Nunes de (1576) *Ortografia e Origem da Língua Portuguesa*, introdução, notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: I.N.-C.M., [1983].
- Martins, Ana Maria (1985) *Elementos para um comentário linguístico do Testamento de Afonso II (1214)*. Trabalho de síntese elaborado para Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Universidade de Lisboa.
- Oliveira, Fernão de (1536) *A Gramática da Linguagem Portuguesa* de Fernão de Oliveira, introdução, leitura actualizada e notas de Martia Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: I.N - C.M., 1975.
- Tavani, Giuseppe (1987) Antecedentes históricos: a ortografia da língua portuguesa. In Castro, Ivo, Inês Duarte & Isabel Leiria (orgs.) *A Demanda da Ortografia portuguesa*, Comentário do Acordo Ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da questão que se lhe seguiu. Lisboa: Ed. João Sá da Costa, pp. 201-203.
- Teyssier, Paul (1987) *História da Língua Portuguesa* (1980). Trad. de Celso Cunha, 3ª ed. portuguesa. Lisboa: Sá da Costa.
- Varloot, Jean (1982) Peut-on harmoniser les procédures d'édition? Premiers résultats d'une enquête en cours. In *Avant-texte, texte, après-texte*. Paris – Budapest: Éditions du CNRS - Akadémiai Kiadó, pp. 133-148.
- Vieira, Padre António (1665-1666) *Defesa perante o tribunal do Santo Ofício*. 2 tomos, organização e fixação do texto de Hernâni Cidade. Baía: Universidade da Baía, 1957.
- Williams, Edwin B. (1991) *Do Latim ao Português* (1938). Tradução de António Houaiss, 5ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.